

O HOMEM E A SUA EVIDÊNCIA: INFORMAÇÃO, TERRITÓRIOS, DIREITOS

Alzira Queiroz Gondim Tude de Sá

Professora do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia

E-mail: alziratude@gmail.com

Resumo: Este ensaio se propõe a discutir questões que permeiam a expansão e a liberdade favorecidas ao homem contemporâneo pelas inovações tecnológicas e sociais, associadas às novas dinâmicas das redes digitais. Analisa o processo de construção do conhecimento, sua produção, distribuição e organização assim como do campo da Ciência da Informação que têm estado à mercê dos contextos, da diversidade do pensar de seus protagonistas, da delimitação de fronteiras, da “doutrinação,” de teorias, das mudanças sociais e tecnológicas que veem favorecendo e configurando dos “regimes de informação”. Atenta para os aspectos públicos e sociais da informação sob a ótica de Frohman e para a responsabilidade de instâncias que devem preservar e garantir o seu acesso e disseminação. Sugere que as condições básicas para essa construção devem resultar da escuta, da preservação, da reprodução dos “regimes de informação,” instituídos socialmente e que as políticas resultem da observância das especificidades, das particularidades dos territórios, dos canais, redes, dos caminhos escolhidos por cada grupo, pela comunidade, em busca da informação.

Palavras-chaves: Inovações Tecnológicas. Regimes de Informação. Informação - Aspectos Públicos e Sociais.



1 INTRODUÇÃO

Em tempo algum, o homem esteve tão em evidência e nem sempre lhe foi outorgado tanto espaço, tempo e meios para o exercício dessa exposição e liberdade, favorecidas que hoje são pelas inovações tecnológicas e sociais, associadas às novas dinâmicas das redes digitais. Tal realidade vem permitindo a esse

homem transitar por novos espaços de sociabilidade mediados por aparatos tecnológicos que lhe permitem comunicar-se à distância, relacionar-se, apropriar-se do mundo.

No entanto, no bojo dessas transformações, nesse mundo globalizado e de fronteiras esgarçadas, uma questão toma vulto e um novo significado: a questão do Outro, questão que abre espaço para a discussão em torno da democracia e da liberdade, da resistência e luta pelo estabelecimento de “territórios” que assegurem ao sujeito, aos povos, a construção de uma identidade, o acesso à informação e ao conhecimento, assim como às ciências, a delimitação de seus campos e suas relações.

Vale ressaltar, tomando Bauman (2005, apud ALBAGLI, 2011) como aporte, que nas sociedades humanas, historicamente, os limites territoriais se estabelecem arbitrariamente, assim como a identidade e os campos não têm se conformado ou se configurado como algo gestado naturalmente. Esse algo é sempre consolidado pelo convencimento, doutrinação, às vezes, e envolve sempre a tomada de decisão de protagonistas ou grupos de atores que o definem, delineiam, que o produzem. Esse espaço, moldado algumas vezes coercitivamente, define os hábitos, crenças, costumes do sujeito e sua modalidade de representar e apreender o mundo, define as teorias, métodos, representações, os seus regimes de informação.

Aborda-se inicialmente essas questões, inspirada no texto *A questão do Outro: do território ao digital*, de Sarita Albagli, publicado no ano de 2011, pelo IBICT, no livro *Informação e Democracia: a reflexão da ética e da política*,¹ que nos convida a refletir sobre os processos e formas da construção do conhecimento, sobre a diversidade de linguagens que buscam dar conta da sua representação, seus mediadores e teóricos, sobre a construção do campo da Ciência da Informação e suas relações com outros campos, seu histórico, objeto, protagonistas.

Tais questões fluem, todas elas, para o direito e o

¹ Ver mais em: González de Gómez e Lima (2011)

compromisso social que deve ser firmado sempre com o Outro, agora, mais que nunca, em evidência, os “usuários” da informação e para a responsabilidade das instâncias do poder que legislam e devem garantir que lhe seja preservado, em especial, o direito à informação.

2 O HOMEM E A BUSCA PELO CONHECIMENTO

A construção do conhecimento, assim como do campo da Ciência da Informação, uma identidade/campo em construção, tem também estado à mercê dos contextos, da diversidade do pensar de seus protagonistas, da delimitação de fronteiras, da “doutrinação,” de teorias, das mudanças sociais e tecnológicas potencializadas com o advento de novas tecnologias de comunicação e da informação, cada vez mais acentuadas na Sociedade da Informação, ou mesmo Sociedade do Conhecimento como a considera Pierre Lévy.

Partindo do princípio de que o homem sempre buscou a verdade, a crença de que as coisas são exatamente tais como as percebemos, o conhecimento empírico ou do senso comum, o conhecimento filosófico, o religioso, o conhecimento científico, representam estágios e momentos do homem em busca da explicação e representação do mundo, conhecimentos que se caracterizam pelo anseio humano de solucionar problemas quer sejam materiais, espirituais ou existenciais. Vale ressaltar, conforme Eliane Yunes, (2002, p.14), que houve um tempo em que essa busca, essa leitura, não se encontrava tão distanciada do homem. Houve um tempo em que “[...] a língua traduzia o mundo pelo que o olho via, e não pelo que existia [...],” condição essa que passou e ser experienciada por meio de uma lupa interposta entre o homem e o universo – o relato escrito - e o mundo, assim e depois disso, passa a ser apresentado, representado, lido.

Essa busca está sempre ligada a uma dúvida, a uma perplexidade, admiração ou espanto diante de algo novo ou

mesmo insólito, em busca da verdade. No mundo de hoje, nos humanos, essa busca é “embotada” pela excessiva quantidade de informações aos quais estão sujeitos e que lhes ultrapassa a experiência vivida num mundo plural onde as verdades não são dadas, mas construídas, elaboradas dentro de um contexto e dinamismo dialógico de processualidade, num cenário que extrapola as fronteiras do local e se expande por limites inimagináveis.

Os estudos sobre o conhecer humano, sobre a apropriação do conhecimento pelo sujeito, tem sido objeto de reflexão tanto no campo da filosofia, psicologia, pedagogia, assim como para a ciência da Informação, por se tratar do sujeito enquanto usuário. Os estudos da cognição, estudos do aprender, hoje não são mais desatrelados dos recursos e dispositivos que lhes favorece, os dispositivos tecnológicos.

Segundo Bernard Charlot (2000) “‘O filho do homem’ é obrigado a aprender para ser,” aprender para viver com outros homens com quem o mundo é partilhado, para apropriar-se do mundo, de parte dele e para participar da construção de um mundo que a ele é pré-existente. Acrescenta ainda que o sujeito precisa aprender estando inserido numa história que é ao mesmo tempo profundamente dele, no que tem de única, mas que lhe escapa por toda parte, imergido num sistema que se elabora no próprio movimento através do qual o sujeito se constrói e é construído pelos outros, num movimento “longo, complexo, nunca completamente acabado” que ele chama de educação. (CHARLOT, 2000, p. 57).

Essa imposição se constitui numa condição indispensável aos humanos, sob pena de perder-se a liberdade. Partindo-se da premissa de que o conhecimento é algo imprescindível ao homem, e que ele se dá pelo princípio da atividade estabelecida entre sujeito e objeto, e que, o primeiro nunca se desvela por inteiro, os estudos sobre o conhecer, os estudos da cognição humana, sempre provocaram calorosas discussões em várias áreas, principalmente nos Estados Unidos, no início do século

XX, quando a filosofia e psicologia foram cognominadas de “ciência da consciência.” Sob uma perspectiva inter e trans-disciplinar da construção do conhecimento, segundo Abreu e Varela (2007, p.117) os estudos cognitivos são aqueles que

[...] no processo de organização da informação, na expectativa de que o usuário possa recuperá-la, é um conhecimento relevante que amplia a possibilidade de se compreender e delinear a trajetória lógica do sujeito no processo de busca da informação e apreensão do conhecimento.

A posição mais avançada dos estudos cognitivos, no século XX, segundo as autoras, é representada pelo construtivismo, corrente mais desenvolvida no âmbito da psicologia cognitiva, campo em que se destacam os estudos de Piaget, Vigotsky, Feuerstein e Paulo Freire, dentre outros, que consideram cada um em seu tempo, que o conhecimento é uma construção do ser humano e não uma cópia da realidade, bem como a ciência uma construção e não uma descoberta, no qual fatores sócio-históricos interferem e conduzem o processo.

Os aportes teóricos do construtivismo centram-se no papel ativo do sujeito, na apropriação da informação e da construção do conhecimento que se dá pela ação recíproca e interativa mantida com o objeto, como a considera Piaget; na abordagem sócio-histórica de Vigotsky que é baseada na ideia de que o sujeito se desenvolve por meio da interação social, das relações estabelecidas; na certeza de Paulo Freire de que o diálogo mantido pelo sujeito com o outro e com o mundo é fundamental na constituição da tomada de consciência, primeiro passo para a conscientização do homem. O processo de aprendizagem deve provocar, portanto, uma modificação no comportamento do sujeito, “duradoura e equilibrada”, cabendo à mediação funcionar como um movimento que leve o sujeito ao desequilíbrio, abrindo-lhe brechas, fendas para a criação e descobertas de soluções que esse desequilíbrio causou. (FREIRE, apud ABREU; VARELA, 2007). A constituição do conhecimento verdadeiro é, portanto,

possível quando o indivíduo, ao encontrar-se no mundo, é capaz de experimentar intensamente o contexto que o cerca, dinamizando o mundo dos conceitos, repensando saberes, pensando o progresso científico em termos de ruptura e consciência de retificação.

3 INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

No âmbito da Ciência da Informação, área que está fadada a estar sempre em construção, responder a questões a cerca do conhecimento e da informação configura-se como um desafio, desde quando ao seu objeto, a informação, é atribuída uma diversidade de sentidos, uma polissemia de conceitos onde cada disciplina lhe agrega significados e usos diferenciados que, na perspectiva Capurro (2007), urge uma elaboração conceitual para seu entendimento.

Ainda segundo Capurro (2007, p.147-148), “[...] o conceito de informação como usado no inglês cotidiano, no sentido de conhecimento comunicado, tem um importante papel na sociedade contemporânea [...]”, ganhando relevo a partir do final da Segunda Guerra Mundial com a disseminação global do uso das redes de computadores, fato testemunhado pelo surgimento, nesse período, da Ciência da Informação que vive até os dias atuais o problema de conceituar o seu objeto. Diante do exposto, vale a pena ressaltar as palavras do autor quando aconselha diante deste cenário de indecisões, que

[...] quando usamos o termo informação em CI, deveríamos ter sempre em mente que informação é o que é informativo para uma determinada pessoa e o que é informativo depende das necessidades interpretativas e habilidades do indivíduo, embora estas sejam frequentemente compartilhadas com membros de uma mesma comunidade de discurso. (CAPURRO, 2007, p.154-155)

Partindo desses pressupostos, a importância assumida pela informação na atualidade faz com que repensemos questões sobre

sua natureza, seu conceito e fundamentalmente sobre os benefícios que podem trazer ao homem, às relações por ele estabelecidas com o mundo em que habita, não dependendo, portanto e essencialmente, do estabelecimento do conceito, mas da função que lhe é atribuída. De acordo com Barreto (2005), sempre e mesmo antes do século XX e da sociedade configurar-se como Sociedade da Informação, por conta dos avanços tecnológicos na área da comunicação e pelos fluxos de informação em escala global

[...] a informação referencia o homem ao seu destino, até mesmo antes de seu nascimento, formatando seu mapa genético. Durante sua existência participa do seu caminho ao estabelecer as referências para percorrer a sua odisséia individual no espaço e no tempo (BARRETO, 2005 p.1).

A importância agregada à informação e ao conhecimento na sociedade contemporânea deve-se ao fato de que, para os homens, mais do que nunca, se constituem nos “[...] princípios definidores de suas realizações científicas e educacionais, dos seus ciclos produtivos e da sua qualidade de vida e bem estar” (SUAIDEN, 2011, p.7). A informação se considerada como um bem, a sua carência provoca a ausência do conhecimento e para superar situações de carência, a sociedade organiza seus estoques de informação e estabelece estratégias específicas para colocá-las à disposição, através da representação simbólica dos seus conteúdos objetivando o seu acesso e difusão.

Para um melhor entendimento da problemática que envolve a informação na contemporaneidade, é preciso que se discorra um pouco sobre o conceito de Sociedade da Informação, expressão que passou a ser utilizada como substituto para o conceito complexo de sociedade pós-industrial e como uma forma de nominar e transmitir o conteúdo de um novo paradigma técnico-econômico. Nele os insumos não são mais os insumos energéticos, mas os insumos informacionais, propiciados pelos avanços tecnológicos da micro-eletrônica e das telecomunicações.

Segundo Castells (1999) esta é uma sociedade “informacional” que tem como características principais a informação como matéria-prima, no qual as tecnologias são desenvolvidas para permitir ao homem atuar sobre a informação, cujos efeitos têm alta penetrabilidade daí ser, a informação, parte integrante de toda atividade humana afetada pelas tecnologias. Acrescenta ainda que nessa sociedade “[...] há um predomínio da lógica das redes” além da capacidade de reconfiguração permitida pela sua flexibilidade.

Adverte o autor que não há determinismo tecnológico segundo o qual as transformações em direção à sociedade da informação são resultantes apenas da tecnologia. Ele as vê como resultantes da interferência de fatores sociais e políticos pré-existentes, da criatividade do homem, do seu espírito empreendedor, das condições favoráveis das pesquisas científicas que afetam o avanço tecnológico e suas aplicações sociais. Não basta, portanto, para ele, a mera disponibilização crescente da informação para se caracterizar uma sociedade da informação. O mais importante é o desencadeamento de um vasto processo de aprendizagem derivado da parceria cognitiva que os sujeitos estabelecem com as máquinas. É evidente que o desenvolvimento das tecnologias digitais e a profusão das redes interativas mudaram o mundo. As práticas, atitudes, os modos de pensar e valores no mundo de hoje estão cada vez mais condicionados pelo novo espaço de comunicação resultante da interconexão mundial dos computadores, o ciberespaço, onde uma multidão de agentes cognitivos humanos pode interligar-se em um mesmo processo de construção de conhecimentos, interferindo e modificando as formas do aprender e conhecer.

Como um dos estudiosos do ciberespaço, Pierre Lévy (1999) apregoa que a internet é um instrumento de desenvolvimento social que favorece uma aprendizagem colaborativa e que o advento do ciberespaço veio permitir o compartilhamento da memória o que aumenta o potencial da inteligência coletiva, somatório das competências individuais dos

sujeitos. Considera o autor que a construção do conhecimento já não é mais um produto unilateral de seres humanos isolados, mas de uma vasta cooperação cognitiva da qual fazem parte aprendentes humanos e sistemas cognitivos artificiais. Para ele os modos de relação, conhecimento e aprendizagem, na cibercultura, não paralisam nem substituem os já existentes, mas os ampliam, transformando-os e tornando-os mais complexos. As redes.

Quando Castels (1999, p.34) analisa a rede como um espaço de aprendizagem, de troca e sociabilidade, afirma que: “A rede é antes de tudo um instrumento de comunicação entre indivíduos, um lugar virtual no qual as comunidades ajudam seus membros a aprender o que querem saber.” No mesmo diapasão, Marteleto (2011) considera que as redes funcionam como estruturas cognitivas interativas pelo fato de terem características hipertextuais e pela interferência possível do conhecimento que outras pessoas construíram ou estão construindo. Na sua perspectiva, o aprendente pode assumir o papel de verdadeiro gestor dos seus processos de aprendizagem ao apropriar-se de informações e saberes que circulam em redes de fluxos de informações e como num ritual de passagem, uma sociedade de distribuição hierárquica de mensagens se transmuta nos dias de hoje, numa sociedade interativa de mensagens digitais.

No campo dos estudos da informação segundo Marteleto, (2011, p.176), é relevante considerar-se, no tempo das redes sociais, tanto “[...] as transformações nos modos de produzir os conhecimentos quanto: os seus arranjos, apropriações, usos circulações e acessos [...]. Uma visão antropológica da informação como preconiza a autora quando diz que:

A informação se constitui como processo de elaboração de sentidos sobre as coisas e os sujeitos no mundo o que a associa às formas de representação e de conhecimento, configurando-se como um fenômeno da esfera da cultura. (MARTELETO, 2002, p. 103)

Ao explicitar sobre essa visão antropológica da informação Marteleto (2002) considera que ela

[...] representa um eixo temático de estudos que situa suas questões nas confluências, estranhamentos, conflitos e contradições existentes entre a ordem social sistêmica e institucional dos sentidos e aquela das suas apropriações por sujeitos produtores, mediadores, receptores no mercado de bens simbólicos.

E ademais, para a autora, tal visão centraliza questões na problemática do conhecimento, tanto no que tange à sua produção, distribuição e organização na sociedade, como nos meios aos que recorre para a formação e o exercício da cidadania, no contexto da chamada sociedade da informação e da comunicação, fatores que tomamos como ponto de partida para trazermos à cena o conceito de “regimes de informação” e políticas que regem seu acesso e disseminação.

4 OS ASPECTOS PÚBLICOS E SOCIAIS DA INFORMAÇÃO: OS REGIMES DE INFORMAÇÃO

Considerando “[...] quão importante é focar a nossa atenção nos aspectos públicos e sociais da informação em nosso tempo [...]” (FROHMANN, 2006, p.20). Frohmann profere uma palestra na abertura do VII ENANCIB, cuja temática versava sobre *A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção acesso e disseminação da informação*, na qual alerta para a “[...] importante tarefa para os estudos da informação: como conciliar estudos sobre o fenômeno da informação em nosso tempo com os estudos das práticas sociais e públicas das realidades políticas, da economia e da cultura”.

Retomando o conceito de “regimes de informação”, Frohmann discorre sobre alguns conceitos tais como materialidade, documentos, instituições, ciência, no sentido de apontar, para tais questões levantadas, “[...] um caminho por onde uma solução pode ser encontrada”. Distanciando-se do

conceito abstrato que diz ser a informação “[...] concebida como algo que está presente na mente em estado de compreensão [...]” e dos estudos da informação que vêem os sujeitos como agentes de atividades e práticas do interesse dos estudos da informação”, uma visão imaterial da informação, (FROHMANN, 2006, p. 20-21) considera que

[...] o conceito de materialidade traz um entendimento muito mais rico do caráter público e social da informação em nosso tempo [e que sem o seu entendimento e atenção] grande parte das considerações sociais, culturais, políticas e éticas, tão importantes para os estudos da informação, se perdem.

Uma visão particular que está passível de leituras plurais. Para entender melhor a particularidade dos conceitos e teorias e a pluralidade de leituras às quais estão sujeitas, consideramos por bem introduzir a fala de Bourdieu quando afirma que as teorias “[...] são apenas ideologias justificadoras de uma forma particular de competência científica”, (BOURDIEU, 1990, p.50) e que seus protagonistas, são pessoas engajadas e com interesses em comum ligados ao campo e à luta pela sua existência “[...] e nesse sentido para que se possa compreender o pensamento de um determinado autor, nele inserido, é preciso que se elucide não só as suas idéias, como o universo intelectual no qual circula” (BOURDIEU, 1990, p.50). Um aconselhamento elucidativo que não vamos aprofundar nesse estudo, mas que nos leva a uma reflexão sobre o tema.

No entanto, em busca de “[...] um caminho por onde uma solução pode ser encontrada”, conforme dita Frohmann (2008), cientistas da informação², no Brasil, têm revisado antigos conceitos e vêm dando ao sujeito da informação o devido lugar de produtor, consumidor, usuário, apropriador da informação, não alheios, no entanto, ao contexto, ao cenário, seja ele local ou global, às injunções tecnológicas, políticas, sociais e culturais às quais esse sujeito está exposto desde o tempo em que “aqui” chega e se agrega aos humanos. Tais condições compõem uma

² Isa freire, Regina Marteletto, Maria Nélide Gonzáles de Gómez dentre outros.

ambiência por onde circulam homens, a informação e seus canais, os códigos, as linguagens, as possibilidades de comunicação, as trocas. Um lugar no qual são tecidos fios e redes e o escambo de experiências formais e informais se estabelecem, um espaço que favorece e configura os “regimes de informação” que, segundo González de Gómez (2002, p.34) citada por Unger (2006, p.26), são considerados como

[...] um conjunto mais ou menos estável de redes formais e informais nas quais as informações são geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, através de muitos e diversos meios, canais e organizações, a diferentes destinatários ou receptores de informação, sejam estes usuários específicos ou públicos amplos. [...] assim, está configurado, em cada caso, por plexos de relações plurais e diversas: intermediárias; interorganizacionais e intersectais [...] para nós, [um regime de informação estaria constituído pela figura combinatória de uma relação de forças, definindo uma direção e arranjo de mediações comunicacionais e informacionais dentro de um domínio funcional (saúde, educação, previdência, etc.), territorial (município, região, grupo de países) ou de sua combinação.

Diante do exposto chega-se a pensar que esse é um espaço livre, que nele a informação circula livremente, que num regime de informação não subjaz uma ordem ou mesmo um comando. No entanto, Unger (2006) nos diz que

[...] de um regime industrial formado pelas tecnologias de comando e comunicação, passamos para um regime de informação que se instala no novo modelo social denominado Sociedade da Informação, o qual tem firme base nas tecnologias digitais de informação e comunicação.

Nessa sociedade, políticas e políticas de informação conduzem, tecem caminhos, mudam rotas que interferem no

contexto dos “regimes de informação” que vistas, num sentido amplo, e retomando González de Gómez, (1995, p.63) citada por Unger, (2006), podem ser definidas “[...] como o conjunto das ações e decisões orientadas a preservar e a reproduzir, ou a mudar e substituir um Regime de Informação, e podem ser tanto políticas, táticas ou explícitas, micro ou macro-políticas”. No entanto a autora chama a atenção para o fato de que numa nova visão do social, no qual a ênfase é dada nas relações e não nas entidades, essa visão macro e micro pode ser questionada como uma forma de exclusão no processo de construção do conhecimento. Nesse contexto, a gestão entra em cena como um suporte que estabelece entre os protagonistas, os atores sociais, o estado, o governo, a sociedade, a mediação necessária ao justo acesso e disponibilização da informação produzida e desejada, ao uso pertinente da informação. E por serem os campos de aplicação dessas políticas e seu compartilhamento com a sociedade e seus grupos, não bem definidos, se faz necessário, na maioria das vezes, que “[...] as ciências da informação atuem como mediadoras no processo de construção do documento destas políticas” (PINHEIRO, 2010, p.1).

Num outro diapasão, e ainda sobre essa conjunção de atores sociais, Saracevic (1996, p.59) a nomeia de “cadeia ecológica da informação” da qual são partícipes os produtores de conhecimento: os autores, inventores, pesquisadores, coletores; as instituições que os abrigam; os órgãos financiadores; os editores; os canais de divulgação; reelaboradores; bibliotecas e serviços de informação; usuários e suas instituições, protagonistas que são de conflitos e incompatibilidades geradas segundo o autor, pelo aumento de novas capacidades tecnológicas, pela entrada de novos atores na cadeia ecológica e pelo crescimento da demanda de informação por parte dos usuários.

Como proposição sugere que se programem padrões técnicos que propiciem um maior grau de compatibilidade entre os atores e as potencialidades permitidas pelas modernas tecnologias, prenunciando que: “Qualquer estudo sobre problemas

específicos da informação e as tentativas de solução, para serem bem sucedidos, não podem ser desenvolvidos isoladamente dos demais atores e mecanismos da cadeia ecológica” (SERACEVIC, 1996, p.59).

5 UMA CONCLUSÃO

A premissa com a qual concluímos essa nossa reflexão, deixa entrever, implicitamente, as condições básicas para a construção de políticas que resultem da escuta, da preservação, da reprodução dos “regimes de informação” instituídos socialmente, políticas que resultem da observância das especificidades, das particularidades dos territórios, canais, redes, dos caminhos escolhidos por cada grupo, pela comunidade em busca da informação, da construção do conhecimento, um direito de cuja observância não há mais retorno.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marilene; VARELA, Aida. Aplicações de teorias cognitivas no tratamento de informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 3, n.2, p.116-128, jul-dez. 2007. p 117.

ALBAGLI, Sarita. A questão do outro: do território ao digital. In: GONZÁLES DE GÓMEZ, Maria Nélide; LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro. (Orgs.) **Informação e democracia: a reflexão contemporânea da ética e da política**. Brasília: IBICT, 2011.
BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BARRETO, Aldo Barreto. A estrutura do texto e a transferência da informação. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação**, v.6 , n.3, p.1. jun., 2005.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
P.50CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de

Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.12, n. 1, p.148-207, jan./abril, 2007.

CARVALHO, Adriane Maria Arantes de. Novos enfoques no campo da Ciência da Informação: uma discussão sobre a aplicabilidade do conceito de regime de informação em arranjos produtivos locais.

Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v.14, n. esp., 2009.

CASTELLS, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura. In: **A sociedade em rede**. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

CASTELLS Manuel. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34,1999.

CHARLOT, Bernard. O “filho do homem”: obrigado a aprender para ser (uma perspectiva antropológica). In: **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Tradução de Bruno Magne. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000. p. 51-57.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2002.

FROHMANN, Bernard. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, Spoti Lopes; MARTELETO, Regina Maria; GOMEZ DE LARA, Marilda. (Orgs.) **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação**. Marília-SP: Cultura Acadêmica, 2008.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.32, n.1, p.60-76, Jan./Abr.2003.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. A informação: dos estoques às redes. **Ciência da Informação**. Brasília, DF, v.24, n.1, 1995.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Novas fronteiras tecnológicas das ações de informação: questões e abordagens.

Ciência da Informação, Brasília, v. 33, n. 1, p.55-67,
jan./abr.2004.

GONZÁLEZ de GÓMEZ, Maria Nélide; LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de (Orgs.) **Informação e Democracia**: a reflexão da ética e da política. Brasília: IBICT, 2011.

LÉVI, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MARTELETO, Regina. Conhecimento e sociedade: pressupostos da antropologia da informação. In: AQUINO, Mirian Albuquerque (Org.) **O campo da Ciência da Informação**: gênese, conexões e especificações. João Pessoa: UFPB, 2002.

MARTELLETO, Regina. Redes sociais: formas de participação e informação. In: GONZÁLES DE GÓMEZ, Maria Nélide; LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro. (Orgs.) **Informação e democracia**: a reflexão contemporânea da ética e da política. Brasília: IBICT, 2011.p.173-183.

PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Processo de transformação das políticas de informação no estado informacional. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v.3, n.1, p.113-126, jan./dez. 2010.

SERACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SUAIDEN, Emir. Prefácio. In: GONZÁLES DE GÓMEZ, Maria Nélide; LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro. (Orgs.) **Informação e democracia**: a reflexão contemporânea da ética e da política. Brasília: IBICT, 20011.

UNGER, Roberto José Gervásio. **Regimes de informação na sociedade da informação**: uma contribuição para a gestão da informação. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense/ Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2006. Dissertação.

YUNES, Eliane. Leitura, a complexidade do simples: do mundo à letra e de volta ao mundo. In: YUNES, Eliana. (Org.) **Pensar a leitura**: complexidade. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio; Edições Loyola, 2002.

MAN AND HIS EVIDENCE: INFORMATION, TERRITORIES, RIGHTS

***Abstract:** This essay aims to discuss issues that permeate the expansion and favored freedom to contemporary man by the technological and social innovations associated with new dynamic digital networks . Analyzes the process of knowledge construction , production , distribution and organization as well as the field of information science who have been at the mercy of contexts , diversity of thinking of its protagonists , the delimitation of boundaries , the " indoctrination " of theories , social and technological changes that they see encouraging and setting the " regimes of information. Consider the public and social aspects of information from the perspective of Frohman and responsibility of instances that must preserve and ensure their access and dissemination . Suggests that the basic conditions of this construction should result from listening, preservation, reproduction of " regimes of information " socially imposed and that policies resulting from compliance with the specifics of the particularities of the territories , channels , networks , the paths chosen by each group , the community in search of information.*

Keywords: Technological Innovation. Information Regimes. Information - Public or Social Aspects.

Originals recebidos em: 17/09/2017

Aceito para publicação em: 08/10/2017

Publicado em: 20/10/2017